



GT 35. Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas

Coordenador(es):

Vitor Pinheiro Grunvald (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Glauco Batista Ferreira (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Em continuidade às reflexões desenvolvidas em Grupos de Trabalhos nas Reuniões de Antropologia do Mercosul e em Simpósios de Pesquisas Pós-Graduandas nos Encontros Anuais da ANPOCS, este grupo de trabalho se foca nas relações entre arte e política, pensando-as a partir dos diferentes modos pelos quais as articulações entre estas esferas se engendram de modos distintos e se expressam nos cenários sociais contemporâneos. Pensar a arte em seus efeitos políticos e refletir sobre a política através de ações, de objetos, de imagens e performances artísticas tem sido uma constante em diferentes pesquisas realizadas no campo das ciências sociais e especialmente no campo antropológico nos últimos anos. Propomos acolher investigações que refletem sobre agências através de imagens, materialidades, objetos, trabalhos realizados a partir de performances e de expressões e práticas corporalizadas, de práticas de organização coletiva e de ações e mobilizações sociais que apontam o rico potencial transformativo dessas formas sociais que são ao mesmo tempo artísticas e políticas. Dessa maneira, incentivamos a submissão tanto de trabalhos que problematizam as relações entre arte e política em suas intersecções com marcadores sociais da diferença quanto pesquisas que exploram como as maneiras pelas quais a prática etnográfica se dá nos interstícios de práticas artísticas.

?sentir, pensar e agir?: O fazer artístico-cinematográfico de mulheres indígenas na América Latina

Autoria: Sophia Pinheiro (Doutoranda)

Em minha pesquisa de doutorado, parto da hipótese de que há uma nova perspectiva do cinema e da arte indígena contemporâneos com ênfase ao ?sentir, pensar e agir? (Walter Mignolo & Gómez Pedro, 2012), alinhada às estéticas decoloniais. A pesquisa, com as cineastas Patrícia Ferreira Pará Yxapy (Mbyá-Guarani), Graciela Guarani, (Guarani Kaiowá) Sueli Maxakali (Maxakali), Michely Fernandes (Guarani Kaiowá) e Flor Alvarez Medrano (Maya, Guatemala). Tratar dessas narrativas visuais autônomas, localizando as mulheres indígenas como sujeitas históricas sem inseri-las, necessariamente, em um quadro teórico fechado, respeitando assim suas singularidades étnicas e sociais. Quando essas artistas indígenas estão produzindo arte e cinema contemporâneos, que dimensões elas acionam? Qual a agência política das imagens que elas produzem? Que ?outra? arte é essa? Como combatem as representações imagéticas construídas historicamente com suas imagens? Por que a linguagem cinematográfica realizada por mulheres indígenas são tidas como ?uma arte menor? ou datadas por um dito ?cinema indígena?? Uma mulher indígena que decide, por meio da autoimagem e da autorrepresentação, cuidar de si e de seu povo exerce o poder da representatividade e do que deseja mostrar. Sua agência é demonstrada pelo novo papel de interlocução estabelecido pela atenção histórica ? do lugar de fala e virada ontológica que as evidenciam como agentes históricas. O papel de interlocução que mulheres indígenas adquirem quando são convidadas para um projeto cultural como cineastas e artistas, um festival de cinema, um debate e até mesmo GTs como este, reafirmam esse lugar de liderança e agência promovido pelo uso da linguagem artística. Dessa maneira, a liderança por meio da utilização das imagens e a liderança política estão imbricadas. Produzir imagens é um gesto político e, em meio a tantas informações visuais, é muito comum utilizá-las como vetor de transmissão de pensamentos e militância, um ativismo. Uma ação da arte como prática humana, tendo uma história própria,



mas sempre como prática inserida em outras e com elas interligada. Nesse sentido, Clarisse Alvarenga (2017) nos faz um questionamento relevante para a linguagem cinematográfica do documentário, estética que prevalece na cinematografia indígena: ?como o cinema documentário é alterado ao mesmo tempo em que altera a experiência do contato interétnico?? (2017, p.30). Indaguemos então, diante das relações, o fato compartilhado (Comolli, 2008, p.60) ? cinema ? o que o cinema indígena pode dizer sobre o cinema não-indígena?



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: